

Metodologias ativas e protagonismo juvenil no ensino médio: As interferências no processo de aprendizagem

José Henrique Aquino de Souza
Univasf – Pernambuco

Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Univasf - Pernambuco

RESUMO

Ao longo do contexto histórico da educação brasileira, percebemos mudanças nos processos metodológicos para atender às novas especificidades dos discentes (sujeitos autônomos e protagonistas). Diante disso, surgem as Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem as quais colocam os jovens no centro do processo educacional, por meio de métodos atrativos e reflexivos. Este trabalho tem como objetivos destacar os novos paradigmas da educação e os avanços da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); discutir os impactos das metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem e demonstrar a relação dos métodos ativos com o protagonismo juvenil no Ensino Médio (EM), além de apresentar uma proposta de atividade utilizando metodologia ativa no 1º ano. Como processo metodológico, o artigo traz um estudo de cunho exploratório a partir de trabalhos já realizados, como livros e artigos científicos sobre as Metodologias Ativas e suas interferências no processo educacional; sites, como a LDB comentada e algumas Leis (LDB, BNCC e CF). Como resultado final, o trabalho conduziu a uma discussão acerca dos impactos das Metodologias Ativas no processo de aprendizagem e como isso se articula com o desenvolvimento do protagonismo juvenil no EM. Quanto às considerações finais, é importante salientar a relevância das discussões aqui expostas para a construção de uma educação mais problematizadora e que atenda às reais necessidades dos alunos do século XXI.

Palavras-chave: Posicionamento crítico, Autonomia, Estratégias ativas.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988, no art. 206, garante aos cidadãos o direito à educação e dever do estado de proporcioná-la. Esse feito coloca o País no início de políticas públicas voltadas para o acesso ao conhecimento como garantia de todos. Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, corrobora o mencionado na CF, ao pontuar, nos Artigos. 2º e 4º, respectivamente, incisos: “XIII - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1988) e “I - O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” (Brasil, 1996). Assim, o acesso ao conhecimento deve ser concretizado a todos os indivíduos, independentemente da renda, classe social, credo ou gênero.



Ao longo dos tempos, a educação tem passado por grandes avanços, começando, inicialmente, com um viés tradicionalista de cunho religioso, centrada na concepção humanista, com a chegada dos Jesuítas ao País (Vicente; Furtada, 2021). E, atualmente, um ensino mais pautado na construção do sujeito de uma forma integral, mas algo é inegável: “a educação tradicional e a nova têm em comum a concepção da educação como processo de desenvolvimento individual” (Gadotti, 2000, p. 4). A nova a que o autor se refere parte de uma concepção da educação voltada à construção cidadã, à criticidade e horizontalidade na relação aluno e professor, algo que não percebíamos na educação erudita. Ainda de acordo com o autor supramencionado, um dos grandes enfoques do processo educacional do “novo” século (XXI) é a centralidade no aluno como sujeito social, político e ideológico.

Neste novo panorama, temos observado um avanço vertiginoso nos meios de aquisição do conhecimento, advindos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), levando o ser humano a ter várias possibilidades de se apropriar da comunicação, como destacado por Almeida, Angeli e Pereira (2021). Segundo Gadotti (2010), isso é possível devido às tecnologias que têm transformado um grande volume de conhecimento em algo mais acessível e prático aos indivíduos. Hoje, é possível perceber que: “ (...) a informação deixou de ser uma área ou especialidade para se tornar uma dimensão de tudo (...) (Gadotti, 2000, p. 7). Ou seja, cambiando o meio em que as pessoas acessam o conhecimento e transformando suas vidas.

Devido a todo esse contexto de reformulações, a escola tem o papel de seguir tais tendências e, por conseguinte: “promover o desenvolvimento humano, a conquista de níveis complexos de pensamento e de comprometimento em suas ações” (Berbel, 2011, p. 26). Para tanto, é imprescindível a figura do professor para que tais ações sejam efetivas e a garantia da autonomia estudantil sejam alcançadas (Berbel, 2011).

No ano de 2017, ocorreu a reformulação do Currículo da Educação Brasileira. No documento norteador da nova BNCC, há menções sobre as metodologias ativas como fator preponderante para alcançar a qualidade no ensino, o engajamento dos estudantes, a autonomia e, acima de tudo, o protagonismo. Quando o discente tem contato com uma aprendizagem significativa, contribui para o processo de aquisição de conhecimento, isto é, aprender com prazer, mas também de uma autopercepção de que a aprendizagem não precisa ser por meio de decoração, lista de exercícios e descontextualizada do convívio diário dos aprendizes. Logo, esta temática surgiu da necessidade de evidenciar à comunidade acadêmica o quanto as metodologias são potenciais para contribuir com o engajamento do estudante e, acima de tudo, o protagonismo, tendo o aluno no centro do seu processo.

Este trabalho tem objeto principal de estudo a apresentação de como as metodologias ativas contribuem para o processo de protagonismo estudantil, isto é, como a utilização dos diversos métodos (sala de aula invertida, aprendizagem baseada em equipes, estudo de caso, metodologia da problematização etc.) auxiliam para que o estudante adquira autonomia, responsabilidade e autopercepção de que são sujeitos



transformadores das realidades nos quais estão inseridos e, com isso: “(...) consigam atuar com independência dentro do processo do aprendizado e (...) se tornem alunos, de fato, ativos” (Almeida; Angeli; Pereira, 2021, p. 9).

Foi feita uma análise a partir do Ensino Médio, a última etapa da Educação Básica, pois sabemos que, nesse momento, os estudantes estão com pensamentos e ideias muito efervescentes, além da vontade de adentrar ao mercado de trabalho e à faculdade e, também, por perceber que, nesse nível, é onde o protagonismo está mais evidente. As metodologias ativas podem contribuir para que os discentes tenham sucesso em suas carreiras, já que tais métodos possibilitam aos aprendizes refletirem sobre o meio que os cercam. Como objetivos específicos destacar os novos paradigmas da educação e os avanços da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); discutir/investigar os impactos das metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem e demonstrar a relação dos métodos ativos com o protagonismo estudantil no Ensino Médio (EM) e trazer uma proposta de atividade utilizando metodologia ativa na 1ª série do EM.

Quanto ao marco teórico (fundamentação), foi levado em consideração o documento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), autores como Gemignani (2012), Berbel (2011), Gadotti (2010), Freire (1987).

A respeito da fundamentação, o artigo traz um estudo de cunho exploratório a partir de trabalhos já realizados, como livros: *Pedagogia do oprimido*, de Freire (1987), *Metodologia Baseada em Equipes*, de Albuquerque (2021), *a História da Educação*, de Cicone (2016); artigos científicos sobre as Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem e suas interferências no processo de aquisição de conhecimento, de Berbel (2011), Morán (2015), Germignani (2012); sites *webs*, como a LDB Comentada e algumas normativas (LDB, BNCC e CF), para identificar, como proposta inicial, a relação entre metodologias ativas e protagonismo estudantil nos alunos do EM. Ainda houve uma análise por parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para identificar como a ideia de protagonismo e metodologias ativas estão inseridas nessa normativa. Na ocasião, houve um estudo qualitativo (análise subjetiva) por parte do autor e dos teóricos pesquisados para contribuir com as ideias deste trabalho.

Por fim, há a proposta de atividade com o uso de algumas metodologias ativas, como a sala de aula invertida e a aprendizagem baseada em equipes, tais métodos foram elegidos, pois, de acordo com a visão do autor, são práticas mais introduzidas no contexto escolar. A temática foi escolhida como proposta de estudo, já que é uma realidade social e, portanto, necessita de intervenção.

Quanto à organização deste trabalho, há 3 três seções, sendo a 1º uma contextualização da educação e os avanços da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ou seja, como a educação mudou no decorrer dos anos? Como as metodologias ativas entram nesse novo paradigma? Na 2º, os impactos das metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem e na vida dos sujeitos. Como a BNCC se articula nisso? Quais os ganhos para os estudantes, para além do contexto escolar? E, por último, 3º, uma proposta



pedagógica de atividade, na área de Língua Portuguesa, a ser desenvolvida no Ensino Médio, mais especificamente a 1ª série do EM, utilizando metodologia ativa. Esse ano foi escolhido, pois é a primeira etapa do Ensino Médio, contribuindo para o fortalecimento dos conhecimentos posteriores (2ª e 3ª séries).

2 OS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO E O AVANÇO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

É imprescindível conceituar como surgiu a concepção de educação no Brasil. Não vamos nos deter em trazer uma linha temporal a partir da antiguidade, mas sim do Brasil Colônia, com a chegada da corte portuguesa. Assim, ficará mais evidente as transformações educacionais até as concepções atuais, com as metodologias ativas.

É notório que o ensino sofreu diversas influências sociais/econômicas como, por exemplo, a Revolução Industrial. Ainda, cada país utilizou-se de referenciais de outras localidades para integrar aos seus sistemas educacionais.

Começamos todo esse contexto no ano de 1549, quando os Jesuítas embarcaram em terras brasileiras, mais especificamente na Bahia. De acordo com Cicone (2016), a vinda dessa ordem secular tinha como objetivo catequizar os povos originários, bem como a população em geral. À frente, veremos que, “em geral”, terá uma restrição a algumas camadas populacionais. Xavier (1994) menciona que, a partir da fé, os portugueses tentariam pacificar os povos indígenas com o fim de evitar embates entre os europeus que vinham para cá. Ao decorrer de todo esse processo de imposição por parte dos colonizadores, muitos nativos foram brutalmente dizimados, isso devido às resistências. Del Roio exemplifica que:

No primeiro século da conquista, a população originária da América foi reduzida em cerca de 90% - dos cerca de 80 milhões de habitantes no momento da chegada de Colombo, no início do século XVII restavam não mais que oito milhões (Del Roio, 1993 apud Xavier, 1994, p. 37).

Embora os Jesuítas fossem, àquela época, a maior ordem de importância para doutrinar a população das províncias, alguns movimentos religiosos já existiam para instruir os moradores, como os franciscanos. Cicone (2016, p. 74) traz alguns exemplos: “(...) os beneditinos, as carmelitas, os mercedários, os oratorianos e os capuchinhos”.

Mesmo percebendo que os primeiros indícios de uma educação um pouco mais institucionalizada foram com os Jesuítas, o acesso ao conhecimento era muito restrito, considerado como uma especiaria:

Os primogênitos tinham acesso à educação e os demais filhos desenvolviam ofícios voltados à produção imediata e local, ligados à agricultura e exportação, o que não tornava a educação, para essa elite, algo realmente importante (Cicone, 2016, P. 75).



Ou seja, diferente do que observamos, hoje, o nível de ascensão para os povos escolarizados àquela época era baixo, porquanto muitos já estavam inseridos em alguns setores econômicos, já suprindo, em parte, suas vidas. Ainda, o desenvolvimento pessoal estava atrelado à família e à hereditariedade, isto é, nasceu elite, permanecerá nessas mesmas condições. Diferente desse contexto, dificilmente conseguiria melhores condições. A exemplo, temos os negros escravizados que eram negados a ter acesso à informação por meio da escolarização (Cicone, 2016). Logo, compreendemos que os Jesuíticos compactuavam para a sociedade escravocrata e excludente, além de contribuir com os ideais da corte.

Quanto às metodologias que eram empregadas, ainda no ensino na corte, tinham como finalidade, segundo Aranha (2006, p. 1645), uma abordagem: “conservadora, alheia à Revolução Intelectual [...], não faziam parte do currículo escolar as Ciências Físicas ou Naturais, bem como a técnica ou as artes”. Destarte, não tínhamos uma educação voltada para a construção da criticidade da massa, pois, assim, a população se rebelaria contra o colonizador:

Para fazer feliz a sociedade e manter contentes as pessoas, ainda que nas circunstâncias mais humildes, é indispensável que o maior número delas seja pobre e, ao mesmo tempo, totalmente ignorante. (...) Quanto mais saiba do mundo e das coisas alheias a seu trabalho ou emprego, um pastor, um lavrador ou qualquer outro camponês, mais difícil lhe será suportar as fadigas e penalidades de seu ofício com alegria e satisfação. (Mandeville, 1978, p.168 apud Saviani, 2008, p. 93).

Nas aulas régias¹, consoante citado pelo autor Niskier (1989), a corte pretendia implementar o estudo das primeiras letras e humanidades, mais nada além do que já era praticado pelos doutrinadores educacionais anteriores. As matérias: “(...) eram autônomas e isoladas, com professor único e uma não se articulava com as outras” (Seco; Amaral, 2006, n.p)², causando, assim, um maior empobrecimento no sistema que já era muito deficitário. Como já mencionado anteriormente e ratificando mais uma vez: o sistema educacional servia a poucos, em sua maioria, aos filhos das elites dos colonos (Seco; Amaral, 2006). Com a Reforma Pombalina, os recursos financeiros e de pessoal continuaram precarizados, além de um ensino totalmente descontextualizado das vivências dos estudantes.

Como o objetivo deste trabalho não é fazer um panorama detalhado da história da educação, vamos transpor para o último momento histórico, que foi a CF de 1988, nesta, no art. 205, por exemplo, garante o ensinamento a todos, sendo dever do Estado e da família a promoção. Ainda, em outros artigos, há a menção da criação/legislação da Política Nacional de Educação, sendo a União responsável pela organização, ademais de garantir a educação ao longo da vida. Um marco importantíssimo para o início de políticas

¹ Estabelecidas em Portugal e suas Colônias, marcando o nascimento do Ensino Público e Laico no Brasil.

² SECO; A. P; AMARAL, T. C. I. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/marques-de-pombal-e-a-reforma-educacionalbrasileira#:~:text=A%20reforma%20educacional%20pombalina%20culminou,imperativo%20da%20pr%C3%B3pria%20circunst%C3%A2ncia%20hist%C3%B3rica>. Acessado em: 22 ago. 2023.



robustas para o país. Levando em consideração o CPTE (2020)³, do Jornal Nexo, evidencia que a nação passa a reconhecer:

O (...) Brasil como uma nação multilíngue e multicultural, o que permitiu o reconhecimento dos direitos das populações indígenas e a busca por uma educação diferenciada, que levasse em consideração as especificidades desses povos.

Aqui, percebemos a preocupação de olhar para o indivíduo como sujeito dotado de especificidades e cada um com um ritmo de aprendizagem.

Continuando com o marco histórico educacional, não há como deixar de mencionar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que foi um logro para instituir as Diretrizes da Educação Nacional. Nela, conseguimos perceber a Política de Ensino para as Pessoas com Deficiência, os cálculos financeiros que cada ente (DF, Estados e Municípios) deve direcionar ao ensino, as incumbências das entidades federativas e a necessidade de incorporação da educação ao mundo do trabalho. Conforme o site LDB comentada e atualizada (2023)⁴, a Lei de Diretrizes e Bases oportuniza aos cidadãos a possibilidade de contribuir para o crescimento da sociedade de forma consciente e crítica:

A LDB também é importante para o desenvolvimento do país. Ela incentiva o desenvolvimento de competências tecnológicas, científicas e culturais, contribuindo para o fortalecimento da sociedade e para o avanço do conhecimento. Além disso, a LDB promove a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com o bem-estar da sociedade.

Até aqui, fizemos um percurso histórico para compreendermos como se comportou a educação, ou seja, os percalços, os logros, os avanços. Fazendo referência à contemporaneidade, é perceptível que há uma nova concepção do processo de ensino e aprendizagem, devido ao crescimento da informação e dos meios tecnológicos. Para Morán (2015, p. 16): “o que a tecnologia traz hoje é a integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital”. Vivemos na era da tecnologia 4.0 em que o conhecimento está acessível aos indivíduos a qualquer momento e espaço, contribuindo para que a escola não seja o único ambiente de aquisição do saber.

Ainda, de acordo com Morán (2015), esse avanço, a saber, a integração entre espaço virtual e escola, tem contribuído para o abrir o mundo para a instituição de ensino. Nesta nova era, os estudantes têm tido uma mudança comportamental: “não aceitam um modelo vertical, autoritário e uniforme de aprender”

³ CPTE. O direito à educação no Brasil. **Jornal Nexo**, 2020. <https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2020/O-direito-%C3%A0-educac%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil>. Acessado em: 22 ago. 2023.

⁴ Qual a importância da LDB na educação Brasileira. **LDB, 2023**. Disponível em: <https://leidediretrizesebases.com.br/2023/02/28/qual-a-importancia-da-ldb-na-educacao-brasileira/>. Acessado em: 22 ago. 2023.



(Morán, 2015, p. 17). Diferente do que compreendíamos em tempos anteriores em que o discente não tinha posicionamento crítico e não questionava as abordagens dos professores.

Nos últimos anos, temos percebido uma grande transformação metodológica nos processos de ensino e aprendizagem, isto é, uma nova forma de conceber o ato educacional. Sabemos que, num longo tempo, foi reinada uma concepção tradicional a qual nada tinha a contribuir com o educando. O maestro era o centro da atividade, e o aluno era preparado apenas para desenvolver atividades predeterminadas na sociedade (passividade). Com a Escola Nova, essa realidade (de passividade) muda, ou seja, é questionada a forma de se realizar o conhecimento ao aprendiz (verticalidade). Dessa forma, começamos a perceber uma maior ênfase no jovem, aprender a aprender (na prática) e uma relação dialógica, ademais de considerar os aspectos emocionais. Paiva et al. (2016, p. 147) nos faz pensar o quanto a metodologia empregada pelo professor pode mudar a realidade do educando (seja de forma positiva ou negativa): A metodologia utilizada pelo educador pode ensinar o educando a “ser livre ou submisso, seguro ou inseguro; disciplinado ou desordenado; responsável ou irresponsável; competitivo ou cooperativo.

Portanto, cabe-nos empenhar a alcançar uma educação problematizadora e reflexiva, como Paulo Freire sempre defendeu. Sabemos que não é fácil, mas cada ato é essencial para alcançarmos um ensino moderno e de qualidade.

Ainda que a escola atual seja um instrumento de “padronização dos cidadãos”, segundo Almeida, Angeli, Pereira (2021), há a necessidade mudar esse paradigma por meio de concepções que tragam o aluno para o centro do processo, contribuindo com o protagonismo e autonomia estudantis. Daí podemos pontuar as metodologias ativas, como meio de transformação:

Estes novos instrumentos técnico-pedagógicos tornam possível a participação ativa do aluno em seu processo de aprendizagem, buscando conhecimentos, articulando teoria-prática, correlacionando os seus conhecimentos e realizando reflexões críticas sobre os problemas reais que envolvem sua formação profissional, integrados às exigências do mundo do trabalho e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, da tecnologia e da ciência (Gemignani, 2012, p. 10).

Utilizar estratégias ativas trazem melhorias tanto para o aluno (majoritariamente) quanto para o docente, em comparação com uma abordagem mecânica/convencional. Segundo Paiva et. al. (2016, p. 147): “A questão do ensino não se limita à habilidade de dar aulas, também envolve a efetivação de levar ao aprender”. A partir dessa ideia, é notório que o aprendizado se torna significado quando o docente leva o lecionando à reflexão, à criticidade e, acima de tudo, a questionar o que está sendo aprendido e ensinado. Assim, estaremos falando, efetivamente, do ato de aprender.

Morán (2015) relata que as instituições de ensino têm mudado suas práticas de ensino para centrar nas atividades que colocam os alunos em meio a problemas, desafios, projetos, jogos, tudo isso impulsionado pelas metodologias inovadoras, ainda esse mesmo autor destaca que: “nas metodologias ativas



de aprendizagem, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais; os mesmos que os alunos vivenciarão na vida profissional, de forma antecipada, durante o curso” (Morán, 2015, p. 19). Levando em consideração o recorte feito neste trabalho, Ensino Médio, os discentes terão mais sucesso nas suas jornadas profissionais e acadêmicas, posicionando-se de forma crítica e problematizadora, algo que, por muitos anos, a educação não tinha proporcionado.

Assim, nesta seção, procuramos fazer um recorte histórico da educação até chegar à modernidade, ou seja, a partir das novas formas de se conceber o processo de ensino e aprendizagem, impulsionado pelas metodologias ativas e pelo novo “escopo” da escola atual. Esse percurso temporal fez-nos refletir a necessidade de uma educação mais centrada nos sujeitos e nos desafios, levando em consideração atender às novas demandas sociais e, assim, não cair no processo educacional anterior em que o aluno não podia questionar a realidade. Isso porque não tínhamos uma educação para a autorreflexão, para o mudar os problemas sociais.

3 OS IMPACTOS DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO EM

Neste espaço, falaremos acerca dos impactos das metodologias ativas no EM, visto que, nessa etapa, é onde percebemos um maior protagonismo juvenil.

Conforme destacamos na primeira seção deste trabalho, o contexto histórico da educação brasileira passou por altos e baixos: desde uma educação voltada à elite até a expansão para a camada menos privilegiada. As legislações que foram se sucedendo (LDB, CF) contribuíram para que o acesso ao ensinamento ganhasse expansão e todos pudessem ter acesso ao conhecimento. Agora, destacaremos como as metodologias ativas ganham destaque nesse novo contexto educacional, em que os alunos passam a ser sujeitos do seu processo de ensino e aprendizagem. E, mais adiante, como essas metodologias dialogam com a nova BNCC.

Por muito tempo, no contexto educacional brasileiro, o ensino foi pautado e, de uma certa medida nos dias atuais, em um modelo massivamente tradicional e expositivo. Uma educação que, de acordo com Freire (1987), é bancária em que o docente deposita o conhecimento no intelecto dos estudantes, contribuindo, assim, para um ensinamento verticalizado. Leal et al. (2019) pontuam muito bem ao mencionar que esse tipo de ensinamento leva a uma dependência do aluno em relação ao professor.

De acordo com Berbel (2011), já não basta somente as informações que são construídas, de forma isolada com a ajuda da escola, para que o aluno possa se integrar à vida em sociedade. É necessária, portanto, uma nova forma de se conceber o conhecimento, aquele em que o sujeito tenha contato com problemas reais, que o seu entorno seja levado em consideração, isto é, o convívio social. Sendo assim, Berbel (2011, p. 26) destaca que: “(...) a escola tem a incumbência de atuar para promover o desenvolvimento humano, a



conquista de níveis complexos de pensamento e de comprometimento em suas ações”. Com isso, as metodologias ativas têm o potencial de levar os discentes à construção de um pensamento mais reflexivo e autônomo:

(...) as metodologias ativas se apresentam como um modelo de ensino mais adequado às necessidades atuais, pois propiciam que o aluno desenvolva uma capacidade crítica e humanista, deixando para trás o modelo capitalista e tecnicista da educação (Branco et al., 2017, apud Leal; Macedo; Souza, 2019, p. 436).

A LDB, no art. 25, inciso III, destaca a finalidade do EM, última etapa da Educação Básica: “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Brasil, 1996). Para que isso ocorra, a escola (aqui na representação do professor) deve-se ter uma postura diversa daquela que tínhamos no século XX, por exemplo, com a centralidade no docente, pois este precisa: “(...) compreender que é necessário mudar a relação verticalizada de ensinar, assim como mudar suas práticas educativas, além de precisar estar alinhado com as novas tendências educacionais” (Almeida et al., 2021, p. 23). Devemos ressaltar que implementar um método ativo, por si só, não garantirá a construção de uma postura ativa por parte do sujeito, necessitando que este também participe do processo, que acredite na potencialidade e se engaje (Berbel, 2011).

Ainda, de acordo com a LDB, no art. 25, inciso II, o EM deve estar articulado com o mundo do trabalho. Sabemos que, neste novo contexto globalizante, as empresas estão mais exigentes, cobrando não somente um aluno concluso com seus níveis de estudo, mas com postura autônoma, criativa e com um pensamento crítico e, assim, estar mais apto às reais exigências do novo mercado laboral (Hauschild, 2017, n.p). Apesar de estarmos falando da finalidade da educação no EM como meio também de ingresso no mercado de trabalho, não podemos perder de vista o outro alvo, que é a construção cidadã, papel em que o sujeito (discente) é partícipe das decisões sociais, que questiona, que luta para um ambiente mais democrático e participativo.

Diante de todo esse modelo apresentado, não podemos deixar à parte a figura do educador que, nas metodologias ativas, tem uma grande relevância, pois este desempenha a função de mediador, orientador de todas as atividades que são desenvolvidas, levando os educandos a ter uma nova postura (Hauschilde, 2017). Berbel (2011, p. 28) ainda destaca que o docente tem que olhar a partir da heterogeneidade do aluno, reconhecer seus sentimentos, frustrações para que o trabalho com os métodos logre sua finalidade: “O professor deve adotar a perspectiva do aluno, deve acolher seus pensamentos, sentimentos e ações, sempre que manifestados, e apoiar o seu desenvolvimento motivacional e capacidade para autorregular-se”.

Sendo assim, para completar as ideias aqui expostas, não podemos deixar de trazer algumas metodologias ativas que contribuem para a atuação do sujeito mais diligente. Não falaremos de todas as metodologias, mas algumas que, de acordo com a *práxis* do autor, são as mais utilizadas. Primeiro, temos a



sala de aula invertida, um método ativo que mescla o ensino a distância com o ensino presencial. Aqui, o professor solicita aos estudantes o estudo, em casa, e, posteriormente, a socialização no espaço escolar, ou seja, focando no estudo prático (Leal et al., 2019).

Em seguida, temos o Estudo de Caso (EC), uma abordagem muito utilizada nos cursos jurídicos e de saúde, pois trabalham com casos que podem ser reais ou fictícios, contribuindo para a resolução de problemas. Hoje, essa metodologia está ganhando destaque, também, na Educação Básica. Segundo Berbel (2011, p. 31), o estudo em questão: “(...) é recomendado para possibilitar aos alunos um contato com situações que podem ser encontradas na profissão e habitué-los a analisá-las em seus diferentes ângulos antes de tomar uma decisão”. Ainda segundo Gil (1990, p. 84, apud Hauschild, 2017), o professor dá uma situação de forma sucinta e, depois, os alunos se reúnem em grupo para tentar trazer intervenções e questionamentos quanto ao caso. Nesse processo, a figura do docente é de mediador, auxiliador do processo. Aqui, os estudantes desempenham uma posição ativa, reflexiva, criativa, desempenhando o protagonismo juvenil.

Em outro viés, há a Aprendizagem Baseada em Equipes (ABE) muito utilizada. Talvez, muitos educadores não tenham a noção de que tal prática é um método ativo pela sua “simplicidade”, mas, na essência, tem um grande potencial de desenvolvimento, já que trabalha a cooperação, o trabalho mútuo e, assim, Albuquerque, Caldato e Botelho (2021, p. 8) pontuam muito bem a construção de habilidades para o mercado de trabalho, ponto relevante levando em consideração os alunos do Ensino Médio:

A referida estratégia tem conquistado espaço na comunidade acadêmica por ser pedagogicamente baseada no construtivismo, que valoriza a responsabilidade dos alunos de trabalhar em grupos e estimula a aplicação do conhecimento adquirido na solução de problemas emergentes da realidade prática profissional.

Posteriormente, temos a Metodologia Baseada em Problemas (ABP), como sugestivo, esse método parte de uma problemática, com o fim de tentar trazer alguma solução para dentro do contexto em que os discentes se encontram, potencializando o processo de aprendizagem e o desenvolvimento, segundo Paiva et al. (2016), de um ser que aprende a se relacionar a partir das exigências do âmbito profissional. Ou seja, inserir-se no mercado laboral tendo habilidades mais competitivas e criativas.

Neste apartado, vimos acerca das potencialidades das Metodologias Ativas, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do EM, contribuindo para mudança de postura do sujeito aprendente (mais autônomo, reflexivo, protagonista e preparado para atender às demandas do mercado de trabalho mais exigente). Para a inserção desses métodos no contexto escolar, não há, necessariamente, a aplicação de tecnologia (acesso à *internet*). Algumas práticas podem ser utilizadas com os próprios recursos ali do contexto. Sabemos que muitas instituições públicas não têm os devidos aparatos para implementar estratégias tecnológicas.



4 A BASE COMUM CURRICULAR (BNCC) E AS METODOLOGIAS ATIVAS

A partir da Lei 13.415/2017, foi criada a nova Base Comum Curricular (BNCC) que, posteriormente, em 2018, foi publicada a versão final do documento norteador. Nessa normativa, há a previsão de uma base comum, ou seja, o conjunto de conhecimentos, habilidades que todos os alunos de qualquer região do país deverão ter acesso, unificando o ensino no país. No regulamento, existem várias reformulações, como o aumento da carga horária anual escolar, a criação dos itinerários formativos no EM, ademais de uma série de orientações para a contribuição de uma educação mais inclusiva, autônoma e protagonista.

Para se verificar a relação entre BNCC e metodologias ativas, foi feita uma pesquisa utilizando algumas palavras-chaves, no documento, tais como “metodologia (s) ativa (s)”, “método (s) ativo (s)”, “estratégia (s) ativa (s)”. Apesar de, nesse contexto, não se ter obtido êxito, vamos perceber (de forma implícita) que algumas menções fazem referências às metodologias que aqui estão sendo objetos de estudo.

Na Base (2018, p. 17), há uma primeira possibilidade de interpretação ao mencionar que o documento norteador e o currículo têm como umas das finalidades:

selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.

Quando pensamos em estratégias diversificadas, podemos inferir como métodos ativos que favorecem o atendimento às diversidades dos discentes, ademais de contribuir com um maior engajamento às atividades desenvolvidas, como as metodologias ativas podem proporcionar, como destacado no estudo de caso feito por Leal et al. (2019) e pelas ideias de Berbel (2011, p. 28): “são estimulados os sentimentos de engajamento, percepção de competência e de pertencimento, além da persistência nos estudos (...)”.

Em outra passagem do documento, fala sobre os itinerários formativos, que são um conjunto de disciplinas, oficinas, projetos (Brasil, 2018), no EM, que os jovens poderão escolher para, dentro de uma área do conhecimento, poder ampliar suas experiências. Na ocasião, cita: “os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil (...)” (Brasil, 2018, p. 478). À vista disso, Paiva et al. (2016) corrobora destacando que há uma infinidade de possibilidades de se trabalhar como as metodologias ativas, citando, por exemplo, seminários, relatos críticos, que favorecem a construção do sujeito protagonista.

Portanto, fica evidente que, com a Nova BNCC, há a necessidade de um trabalho direcionado à construção de um sujeito agente do seu conhecimento. O regulamento não interfere nas práticas metodológicas dos professores, mas orienta a busca de um processo que atenda às especificidades dos estudantes.



Em diversos momentos, o texto da BNCC traz o termo “protagonismo estudantil” como elemento primordial para a posição do aluno como agente da aprendizagem. Quanto às finalidades do EM na contemporaneidade, a Base menciona que a escola deve: “garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política” (Brasil, 2018, p. 465.). Assim, a educação deve estar articulada com o desenvolvimento de capacidades para a formação do estudante de forma integral.

Ainda no texto norteador, a BNCC (2018) reitera a necessidade de adoção de estratégias metodológicas que estimulem o protagonismo (o estudante como ser ativo, questionador, autônomo). E, levando em consideração as ideias até aqui expostas, as metodologias ativas têm como foco trazer o sujeito para o desenvolvimento de um papel de destaque na aprendizagem, que é, justamente, o novo foco da BNCC: estratégias didático-pedagógicas que rompam com a educação tradicional, bancária e passiva.

5 PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: O TRABALHO COM METODOLOGIAS ATIVAS

Nesta seção, há uma proposta pedagógica, na disciplina de Língua Portuguesa, com o uso de metodologias ativas no EM, mais especificamente a 1ª série. Espera-se que tal tarefa seja um suporte e/ou um exemplo de como as metodologias ativas podem contribuir para que o sujeito seja mais protagonista nas relações de estudo e que isso sirva de impulso para o mercado de trabalho: “(...) a inserção de meios diferenciados possui a capacidade de estabelecer uma conexão mais próxima com os alunos, e as atividades são desenvolvidas com maior produtividade” (Hauschild, 2017, n.p).

As ideias aqui elencadas podem ser adaptadas ao contexto de cada docente.

5.1 PLANO DE AULA / PROPOSTA PEDAGÓGICA

Tema: Roda de conversas sobre a Pessoa com Deficiência: políticas públicas, sensibilização e inclusão.

Disciplina: Língua Portuguesa.

Turma: 1ª série do Ensino Médio.

Modalidade: Presencial.

Tempo: 200 min (4 aulas em média, podendo ser estendida).

Destrezas: compreensão oral, escrita e leitora.

Competência específica 4 (BNCC): Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.



Habilidade: (EM13LGG502) Analisar criticamente preconceitos, estereótipos e relações de poder presentes nas práticas corporais, adotando posicionamento contrário a qualquer manifestação de injustiça e desrespeito a direitos humanos e valores democráticos.

Recursos didáticos: folhas xerocopiadas, cartolina e pincel. Notebook e Datashow, caso o professor deseje compartilhar algumas ideias, além do mencionado anteriormente.

Metodologias ativas empregadas: Sala de Aula Invertida e Aprendizagem Baseada em Equipes.

Objetivo geral de aprendizagem: Dialogar a respeito da Pessoa com Deficiência no contexto social.

Objetivos específicos de aprendizagem: compreender que há, no Brasil, uma grande disparidade para com os grupos com deficiências; perceber que, enquanto escola, devemos fazer algo: proporcionar acessibilidade a essas pessoas e incluí-las no meio social; debater sobre as políticas públicas para os deficientes no Estado de PE; sensibilizar quanto à realidade em que cada pessoa com deficiência enfrenta.

5.2 PROCESSO METODOLÓGICO:

1. Inicialmente, o professor apresentará a temática de discussão aos alunos para a aula seguinte. Na ocasião, evidenciará, de forma sucinta, os pontos de discussão para o tema proposto, isto é, “A semana da pessoa com deficiência” (aqui, pode ser adaptada), mesmo que essa atividade não vá ocorrer propriamente na Semana.

1.1 Será feita a divisão dos alunos em grupos de 4/5 pessoas (via sorteio, para uma maior integração). O maestro distribuirá para cada equipe um título de filme, a saber: Autismo: uma viagem inesperada – missão especial; a família Belier (deficiência auditiva); Asas da Liberdade (deficiência intelectual); A canhotinha (deficiência física); A cor do paraíso (deficiência visual). Eles deverão assistir em casa e, posteriormente, haverá uma discussão.

Obs.: os pontos 1 e 1.1 tratam de uma prévia da apresentação da temática, portanto não há o trabalho dos 200 min. propostos. Na aula subsequente, será dado início ao estudo.

2. O professor começará o momento de estudo organizando as equipes, conforme a divisão feita na última aula (apresentação). Cada uma delas se organizará de tal forma que haja espaços entre as equipes (pois irão debater algumas temáticas). O maestro apresentará a dinâmica da aula que se dará:

2.1 Cada equipe desenvolverá uma apresentação, em tópicos, numa cartolina, de acordo com o visto no filme: do que o curta fala? Qual o/a protagonista principal? Quais os pontos-chave do filme? Por que sensibilizou vocês? O que conseguimos extrair de aprendizado? Você se identifica com algo do filme? O que foi posto no filme é visto em algum espaço? Por fim, os alunos deverão



organizar as ideias em grupo para, posteriormente, apresentar à sala. Em momento oportuno, o docente fará algumas intervenções.

2.2 Feito o trabalho anterior (gerado o diálogo e a sensibilização), o educador partirá para a segunda etapa: entregar aos alunos (recortes) da Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que trata sobre a Política Estadual da Pessoa com Deficiência em Pernambuco. As equipes farão uma leitura silenciosa e, posteriormente, uma guiada pelo professor. Nesse momento, será falado sobre algumas Políticas preconizadas pelo Governo Estadual, para que os discentes compreendam o que é de direito das pessoas com deficiência e a quem cobrar, caso não seja seguido.

2.3 Gerado o momento anterior; aqui serão expostas, pelo professor, algumas ideias sobre a acessibilidade. Para isso, cada aluno receberá uma folha a respeito dessa temática. Será dado um tempo para a apropriação das informações. Algumas perguntas serão lançadas e, assim, deverão ser respondidas por cada grupo (deverão formular as ideias): O que é acessibilidade? O que tem a ver com o estudo sobre as pessoas com deficiência? Nesta escola, há alguma acessibilidade? Qual o impacto disso? Na cidade, por exemplo, conseguimos perceber a inclusão das pessoas com deficiência? Você conhece alguma política pública municipal? Enquanto sujeitos, o que podemos fazer para incluir essas pessoas no contexto social?

3. Por fim, o docente fará algumas considerações acerca da aula vista, perguntando aos alunos se gostaram, tanto da aula quanto da metodologia, o que aprenderam, se utilizarão esses conhecimentos para a vida.

Avaliação: Para a avaliação, será levada, em consideração, a participação dos alunos em todo o processo: assistir aos filmes, participação nos debates, posicionamentos. Sabemos que alguns jovens são um pouco mais tímidos para se posicionar, mas será proporcionado um ambiente acolhedor e sem nenhum tipo de preconceito quanto às falas dos colegas.

Além de trazer a abordagem de algumas metodologias ativas nesta proposta, propomos também o trabalho com o protagonismo, ou seja, o aluno se posicionar frente à temática discutida, percebendo que, na sociedade atual, há uma grande disparidade social e, enquanto sujeito cidadão, devemos pensar e atuar. O protagonismo é para além de uma simples participação ativa no contexto de sala de aula, extrapola esses limites.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões aqui levantadas, tivemos como objetivo geral discorrer acerca da relação entre metodologias ativas e protagonismo juvenil no Ensino Médio. Essa etapa foi escolhida, pois é onde se consegue identificar um maior protagonismo, além de os jovens estarem próximos a adentrar ao mercado de trabalho e/ou à universidade, demandando uma postura reflexiva e autônoma. O mercado laboral, no contexto atual, demanda profissionais mais ativos, algo que as metodologias ativas acabam contribuindo, conforme discorrido neste trabalho, principalmente nas seções 2 e 3 (Os paradigmas da educação e o avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e os impactos das metodologias ativas no processo de Ensino e aprendizagem dos estudantes do EM).

Esta temática foi escolhida, porque objetivamos evidenciar aos docentes, sobretudo, que a educação atual demanda uma nova postura por parte dos educadores e discentes, necessitando da incrementação de metodologias atrativas e condizentes às reais necessidades dos alunos do século XXI: mais questionador e atento à realidade à sua volta. Além de contribuir com o protagonismo estudantil.

Para responder às ideias propostas aqui, utilizamos alguns autores de relevância no âmbito da literatura que tratam sobre o uso dos métodos ativos no processo de ensino e aprendizagem, como Berbel (2011), Morán (2015), Paiva et al. (2016), documentos oficiais sobre a educação LDB, BNCC e CF, entre outros. Ainda, fizemos um recorrido histórico, de forma breve, sobre a história da educação e seu processo metodológico no Brasil: da concepção tradicional à centrada no aluno, enquanto sujeito construtor do conhecimento. No processo de estudo deste trabalho, ainda falamos sobre como a BNCC concebe as metodologias ativas no processo educacional. Como visto, no documento, não aparece, de forma explícita, o termo “metodologia ativa”, mas conseguimos inferir a partir de como é posto na normativa.

Fica evidente, como resultados, a grande potencialidade, por meio do estudo aqui feito, das metodologias ativas no processo educacional e isso se relaciona diretamente com o protagonismo juvenil (participação ativa), já que tais métodos partem de uma problemática que, muitas vezes, está relacionada ao contexto social dos discentes. Dentro do campo dos métodos ativos, temos a metodologia da problematização, estudo de caso, sala de aula invertida, aprendizagem baseada em equipes, em projetos, dentre outros, contribuindo, assim, para atender à heterogeneidade dos estudantes.

Não podemos perder de vista que este trabalho também teve um olhar para o protagonismo estudantil enquanto elemento para que os discentes possam questionar a sociedade e as políticas públicas que, muitas vezes, acabam beneficiando poucos. E que também leve os jovens a refletir sobre as potencialidades da educação e romper com o “colonizador”, aquele que não quer que seus “súditos” problematize e se rebele. Qualquer sujeito com a virtude do conhecimento pode estar em qualquer espaço de poder.

Espera-se que este trabalho contribua com a comunidade acadêmica, mais especificamente com os docentes, quanto à importância de inovar nos processos metodológicos de ensino, reconhecendo as novas



demandas sociais para a autonomia e o protagonismo juvenil dos alunos do Ensino Médio. Hoje, não podemos conceber o discente como ser passivo, descontextualizado do seu convívio social.

Diante de todo esse percurso, não podemos esquecer a figura do educador, como ser responsável por mediar o processo de inclusão das metodologias ativas no contexto educacional. Como falado neste trabalho, a inclusão, por si só, dos métodos ativos não contribuirá para o desenvolvimento de um sujeito mais crítico e consciente da realidade à sua volta, mas com planejamento, direcionamento e cooperação por parte dos outros colegas de carreira também.

Por fim, é almejado que outros trabalhos como este possam ser desenvolvidos pelos docentes e futuros profissionais do magistério para impulsionar uma educação mais contextualizada e que faça sentido para os jovens, que eles vejam a educação como meio de transformação social, política e econômica.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. R. T.; CALDATO, M. C. F.; NARA, M. B. Aprendizagem baseada em equipes: do planejamento à avaliação [livro eletrônico]. Belém, PA: Universidade do Estado do Pará, 2021.

ALMEIDA, J. F.; ANGELI, A. C. A.; PEREIRA, R. S. “As metodologias ativas e a educação do século XXI”. Revista Conexão na Amazônia, n. 2, v. 03, 2021.

ARANHA, M. L. A. História da Educação e da Pedagogia. Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

BERBEL, N. A. N. “As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes”. Semina: Ciências Sociais e Humanas, [S. l.], v. 32, n. 1, março, 2011.

BRASIL. Constituição da república dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: ala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 22/08/2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22/08/2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22/08/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22/08/2023.

CICONE, R. B.; MORAES, L. E. História da educação. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

CPTE. “O direito à educação no Brasil”. Jornal Nexo [26/08/2020]. <<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/O-direito-%C3%A0-educa%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil>>. Acesso em: 22/08/2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2010.

GERMIGNANI, E. Y. M. Y. “Formação de Professores e Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem: Ensinar Para a Compreensão”. Revista Fronteira das Educação (online), Recife, v. 1, n. 2, 2012.

HAUSCHILD, L. P. As metodologias ativas e o seu impacto na área do ensino. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Profissional nível Especialização). Lajedo: Univates, 2017.

LDB COMENTADA. “Qual a importância da LDB na educação Brasileira”. LDB [20/04/2023]. Disponível em: <<https://leidediretrizesebases.com.br/2023/02/28/qual-a-importancia-da-ldb-na-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 22/08/2023.

LEAL, N. O.; FERREIRA, P. E. B.; MACEDO, M. A. B.; SOUZA, S. R. G. Utilização de metodologias ativas no ensino médio brasileiro: realidade atual. Arquivos do MUDI, v. 23, n. 3, p. 432-442, 2019.



MANDEVILLE, Bernard. La fábula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública. Comentário crítico, histórico y explicativo de F. B. Kaye. Publicação original em inglês de 1705 a 1729. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

MORÁN, J; SOUZA, A. S.; MORALES, O. E. T. “Mudando a educação com metodologias ativas”. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens, Vol. II. PG: PROEX/UEPG, 2015.

NISKIER, Arnaldo. Educação brasileira 500 anos de História: 1500-2000. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PAIVA, M. R. F; PARENTE, J. R. F; BRANDÃO, I. R; QUEIROZ, A. H. B. “Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa”. SANARE, V.15, n.02, Junho/dezembro – 2016.

SCHNEIDERS, C. S. O.; SANTOS, B. P.; SANTOS, C. C. R; FERNANDES, R. M. “O protagonismo jovem no ensino médio como um caminho para uma formação mais empoderada dos estudantes”. Anais do Congresso VII CONEDU - Edição Online. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

SECO; A. P; AMARAL, T. C. I. “Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira”. HISTEDBR [10/03/2022] Disponível em: <<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/marques-de-pombal-e-a-reforma-educacional-brasileira#:~:text=A%20reforma%20educacional%20pombalina%20culminou,imperativo%20da%20pr%C3%B3pria%20circunst%C3%A2ncia%20hist%C3%B3rica>>. Acesso em: 22/08/ 2023.

VICENTE, G. N; FURTATA, M. D. A. “Origens da pedagogia tradicional no Brasil: o trabalho dos jesuítas na vertente religiosa e sua influência até os dias atuais”. Anais do 30º Encontro Anual de Iniciação Científica. Maringá: UEM, 2021.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. História da educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.